

SUMÁRIO EXECUTIVO

SUBSÍDIOS PARA A ELABORAÇÃO DE UM SISTEMA MUNICIPAL DE GESTÃO DE INFORMAÇÃO INTEGRADA À LUZ DAS DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

SUBSÍDIOS PARA A ELABORAÇÃO DE UM SISTEMA MUNICIPAL DE GESTÃO DE INFORMAÇÃO INTEGRADA À LUZ DAS DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

ANNE W. KEPPLÉ
PESQUISADORA COLABORADORA
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ALIMENTAÇÃO - NEPA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP

EMMA CADEMARTORI SILIPRANDI
PESQUISADORA
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ALIMENTAÇÃO - NEPA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP

PAULO DE TARSO HEBLING MEIRA
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E POLÍTICAS INTERSETORIAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL DE RIO CLARO - SP

Resumo

A conjuntura atual no Brasil é caracterizada pela consolidação e institucionalização de políticas de combate à fome e de promoção da segurança alimentar e nutricional (SAN) por meio da adesão dos estados e municípios ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. O SISAN é fundamentado em ações articuladas e integradas de diversos setores, nas três esferas de governo. Entretanto, arranjos institucionais consolidados na esfera federal, que promovem a intersectorialidade e o monitoramento dos programas, não foram ainda replicados com sucesso no âmbito municipal. A presente pesquisa se debruçou sobre os desafios do trabalho intersectorial e do monitoramento integrado de ações de SAN no município.

O estudo foi realizado em uma cidade de médio porte localizada no interior do estado de São Paulo, em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social. Uma abordagem metodológica qualitativa foi adotada, utilizando entrevistas semi-estruturadas com 28 gestores e técnicos de diversos setores, análise documental e observações participantes em encontros, eventos e reuniões relevantes ao tema de SAN no município durante o período do projeto, realizado entre janeiro e dezembro de 2011.

O estudo revelou desafios políticos, administrativos e técnicos para a implantação de um Sistema Municipal de Gestão de Informação Integrada de SAN. Os desafios políticos remetem à necessidade de dar mais prioridade ao tema de SAN. A ausência de um conselho municipal e de uma instância governamental responsável por uma política municipal de SAN evidenciou a imprescindibilidade dessas instâncias para promover uma compreensão intersectorial de SAN e coordenar um plano integrado, configurando-se como requisitos para o monitoramento de uma política integrada de SAN.

Uma cultura de monitoramento e avaliação ainda é incipiente no município, agravada pela carência de recursos de informática e de pessoal capacitado. Mudanças na gestão do Programa de Aquisição de Alimentos e o Banco Municipal de Alimentos, consequentes da sistematização dos dados, apontam para o potencial de parcerias universidade - governo municipal.

Considerando o papel chave dos municípios na execução do Plano Nacional de SAN, conclui-se que é necessário investir na promoção de ações de monitoramento e avaliação nos municípios aliada à replicação efetiva, no âmbito municipal, das instâncias intersectoriais de SAN existentes na esfera federal.

PALAVRAS CHAVE: SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL; POLÍTICAS PÚBLICAS; GOVERNO MUNICIPAL; MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.

1. Introdução

A conjuntura atual no Brasil é caracterizada pela consolidação e institucionalização de políticas de combate à fome e de promoção da segurança alimentar e nutricional (SAN) cujas sementes foram plantadas pela sociedade civil organizada nos anos 90 e que, a partir de 2004, foram cultivadas e deram fruto como a estratégia Fome Zero. Entre 2004 e 2009, a insegurança alimentar grave (considerada equivalente à experiência de fome) no Brasil caiu 25%, e a insegurança alimentar entre brasileiros em situação de extrema pobreza foi reduzida em 50% (IBGE, 2010a).

Uma sequência de marcos legais nos últimos anos visou garantir a institucionalização dessas políticas e definir as estruturas e responsabilidades dos diversos órgãos governamentais e não-governamentais, nas esferas federal, estadual e municipal, para a implantação do Sistema Nacional de SAN (SISAN). A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (Lei nº 11.346, de 15 de setembro 2006), criou o SISAN, alicerçado na gestão descentralizada, com vistas a assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). O Decreto Nº 7.272, de 25 de agosto de 2010 objetivou a regulamentação da lei, por meio da definição das diretrizes e os objetivos da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e disposições sobre a sua gestão, monitoramento e avaliação.

Com o decreto, iniciou-se o processo de adesão formal dos estados e municípios ao SISAN, que recebeu novo impulso recentemente com o lançamento do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2012/2015 – PLANASAN (CAISAN, 2011).

Entre os objetivos da PNSAN delineados no Artigo 4º do decreto consta “Articular programas e ações de diversos setores que respeitem, protejam, promovam e provejam o direito humano à alimentação adequada” (Art.7º, VI-C). Entretanto, a promoção de ações intersetoriais constitui um dos maiores desafios ainda a ser enfrentado:

Reconhece-se a existência de políticas setoriais como agricultura, abastecimento, educação, saúde, saneamento, assistência e desenvolvimento social, entre outras, que possuem interfaces evidentes com a segurança alimentar e nutricional (SAN) e podem contribuir para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Contudo, suas ações nem sempre incorporam o conceito de SAN e poucas vezes estão articuladas ou integradas. Portanto, não basta a existência destas ações; é preciso integrá-las e articulá-las em sistemas, potencializando os esforços públicos na direção da garantia do DHAA. (MDS, 2008)

Sistemas integrados de informação são citados como tendo uma contribuição potencialmente importante no enfrentamento desse desafio: “A institucionalização de um sistema de avaliação e monitoramento sensível a essa complexidade é um pressuposto para a integração efetiva das várias áreas e programas [...]” (VAITSMAN, RODRIGUES E PAES-SOUSA, 2006, p. 45)

O Decreto Nº 7.272 atribui aos municípios a responsabilidade para o monitoramento e a avaliação dos respectivos planos de SAN e estipula que o SISAN:

deverá organizar, de forma integrada, os indicadores existentes nos diversos setores e contemplar as seguintes dimensões da análise: produção de alimentos; disponibilidade de alimentos; renda e condições de vida; acesso à alimentação adequada e saudável; saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados; educação; e programas e ações relacionados à segurança alimentar e nutricional.” (Capítulo VIII).

Dessa forma, no intuito de subsidiar o processo de implantação do SISAN, a presente pesquisa se debruçou sobre os desafios do trabalho intersetorial e da criação de um sistema de gestão de informação integrado na esfera municipal à luz das diretrizes da PNSAN.

2. Contexto do estudo e antecedentes

O estudo foi realizado em uma cidade de 200 mil habitantes localizada no interior do estado de São Paulo, em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social. Em 2003, foi formado no município um Comitê Gestor de SAN e realizada a I Conferência Municipal de SAN. Porém, essas iniciativas não foram levadas à frente pelo Governo, gestão 2004/2008, e recentemente o atual Governo Municipal retomou o tema e colocou-o novamente em pauta, sob responsabilidade da Secretária Municipal de Assistência Social (SMAS).

Além de gerenciar os programas Bolsa Família (PBF) e Benefício de Prestação Continuada (do Governo Federal) e Renda Cidadã (do Governo Estadual), a SMAS opera seis Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e um Banco de Alimentos. Realiza, também, distribuição de cestas básicas e atividades voltadas para a inclusão produtiva e a economia solidária. O município participa também do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e na compra da agricultura familiar para a alimentação escolar (Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE).

Essas ações socioassistenciais e de combate à fome se apresentam atualmente pouco articuladas no município, sem uma estratégia unificadora que otimize os programas e projetos num conjunto. Muitas vezes funcionários de um programa têm pouco conhecimento sobre os outros. Em relação à forma de definição de público alvo, por exemplo, os programas respondem individualmente a demandas espontâneas oriundas da sua área de atuação, sem uma análise em conjunto de prioridades da população em geral em relação às formas de promover a SAN no município. Não existe uma padronização de instrumentais e procedimentos para coleta de dados e utilização de base de dados gerenciais. Na execução da política de enfrentamento à pobreza em si, as ações se apresentam como resolução do problema individualmente, como é o caso do Programa Bolsa Família, e não constituem uma estratégia que visa remediar os determinantes da pobreza ao nível da população.

Visando um planejamento mais estratégico de gestão de políticas sócioassistenciais e maior articulação entre os programas, a SMAS trabalha desde o início de 2009 na reorganização da gestão do Setor responsável pelo Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico. Em 2009, foi iniciado um trabalho para a criação de um Banco de Dados Municipal, que a partir da interface com o CadÚnico, pudesse articular a base de dados das Secretarias de Assistência Social, da Habitação e do Fundo Social de Solidariedade. Esse projeto foi assumido pelo Gabinete do Prefeito, porém esbarrou na falta de estrutura do Setor de Tecnologia de Informação do município para conseguir atender todas as demandas de sua área de atuação em um período em que a prioridade era a implantação da Cidade Digital (internet gratuita).

Dessa forma, a conjuntura em que foi realizado este estudo foi bastante propícia, caracterizada pelo forte interesse da parte da SMAS na maior articulação entre programas socioassistenciais e de combate à fome, pela existência de um projeto em andamento de organização de cadastros e pelo início de processo de adesão dos municípios ao SISAN.

3. Objetivos

A pesquisa objetivou apoiar a elaboração de um Sistema Municipal de Gestão de Informação Integrada no município que permitisse monitorar os serviços socioassistenciais, benefícios, transferência de renda e ações de segurança alimentar e nutricional de forma integrada e subsidiar a gestão local das políticas de desenvolvimento social e combate à fome. Para tal, os objetivos específicos incluíram: a realização, junto à SMAS, de levantamento de fontes de dados e informações existentes sobre os diferentes serviços socioassistenciais e transferência de renda no município; a análise da integração dos diferentes serviços socioassistenciais e ações do governo municipal voltadas para o desenvolvimento social e combate à fome, bem como os fatores facilitadores e obstáculos à essa integração; a análise do papel potencial de informação para enfrentar esses desafios e das necessidades de informação dos gestores municipais, e; a elaboração de um marco conceitual de SAN que oriente a gestão municipal integrada de políticas municipais dentro da perspectiva da PNSAN.

4. Métodos

A abordagem metodológica adotada foi qualitativa, da linha interpretativa, visando à compreensão dos significados, percepções e experiências das pessoas com relação ao fenômeno de interesse, mediante uma análise interpretativa de dados coletados (LINCOLN & GUBA, 1985; DENZIN & LINCOLN, 1995; PATTON, 2002).

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, a partir de roteiros de perguntas abertas, com 28 gestores e técnicos de programas que possuem interface com ações de SAN no município. A amostra selecionada intencionalmente teve representação de diversos setores do governo municipal, incluindo a Assistência Social, Saúde, Educação e Agricultura, além de alguns parceiros-chaves da sociedade civil. Foram entrevistados gestores em cargos de maior poder decisório e funcionários responsáveis diretamente pela coleta e sistematização de dados referentes às ações realizadas.

Foram construídos vários roteiros de entrevistas para assim refletir o contexto da atuação de cada gestor e técnico sendo entrevistado. Os temas gerais contemplados nos roteiros foram: atividades desenvolvidas pelo entrevistado que possuem interface com ações de SAN; articulações e parcerias dentro do próprio setor e com outros setores e os desafios do trabalho intersetorial; ações de monitoramento e coleta de informações e os desafios enfrentados; utilização dos dados existentes; informações que fazem falta para subsidiar a gestão.

Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas para análise. A análise ocorreu durante toda a pesquisa em um processo simultâneo à coleta de dados, por meio da identificação de temas e relações, construção de interpretações e elaboração de novas perguntas (LINCOLN & GUBA, 1985; ALVES-MAZZOTTI & GEWANDSZNAJDER, 1999). Posterior à realização da maioria das entrevistas, houve uma fase de análise mais intensiva que envolveu a codificação das transcrições com auxílio do software HyperResearch, e teorização fundamentada nas categorias e relações que surgiram na análise (STRAUSS & CORBIN, 1994).

Para complementar as entrevistas, diversos documentos pertinentes à pesquisa foram coletados e analisados, e observações participantes foram realizadas em encontros, eventos e reuniões relevantes ao tema de SAN no município no decorrer do projeto. Todas as atividades de campo foram realizadas entre janeiro e dezembro de 2011.

5. Resultados e discussão

Os resultados serão apresentados em quatro partes. A primeira enfoca o levantamento das ações de SAN no município, as articulações entre elas e os vínculos entre seus executores, com destaque para os fatores que facilitam e dificultam o trabalho intersetorial.

A segunda parte traz uma análise de ações de monitoramento no município. As formas de coletar, sistematizar e utilizar dados associados a cada programa são apresentadas e discutidos à luz dos desafios identificados.

Já a terceira seção aborda análises descritivas, realizadas especificamente ao pedido dos gestores da SMAS, referentes a dois programas de SAN: o Banco de Alimentos e o PAA. E na quarta parte, é discutida a possibilidade de um sistema municipal de gestão de informação integrada à luz dos demais resultados. Apresenta-se ainda uma proposta de matriz de indicadores municipais de monitoramento de SAN.

5.1 LEVANTAMENTO DAS AÇÕES DE SAN REALIZADAS NO MUNICÍPIO E OS DESAFIOS DA INTERSETORIALIDADE

As ações de SAN são realizadas por diversos setores do município e foram organizadas em seis dimensões de SAN definidas no PLANSAN (CAISAN, 2011): 1) produção de alimentos; 2) disponibilidade de alimentos; 3) renda e condições de vida; 4) acesso à alimentação adequada e saudável; 5) saúde, nutrição e serviços relacionados; e 6) educação. O Quadro 1 abaixo apresenta as principais políticas e ações de SAN que vêm sendo realizadas no município pesquisado, os órgãos responsáveis e uma breve caracterização das ações de coleta de dados associados a cada programa.

Quadro 1 – Políticas e ações de SAN em município de médio porte no interior de São Paulo - 2011

POLÍTICA/PROGRAMA	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	AÇÕES DE COLETA DE DADOS
1 e 2. PRODUÇÃO/DISPONIBILIDADE DE ALIMENTOS		
PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA – MODALIDADE DOAÇÃO SIMULTÂNEA	SMAS	EXISTENTES, PORÉM POUCO SISTEMATIZADAS ANTES DO INÍCIO DA PESQUISA
PNAE – COMPRA DA AGRICULTURA FAMILIAR	SEC. MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E AGRICULTURA	BÁSICA, INFORMATIZADA
REFORMA AGRÁRIA	INCRA	NA*
ASSENTAMENTOS RURAIS	FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SP	NA
PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	CASA DA AGRICULTURA	BÁSICA, INFORMATIZADA
PROMOÇÃO DA AGRICULTURA ORGÂNICA E DESENVOLVIMENTO RURAL	SEC. MUN. DE AGRICULTURA/ UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO-UNESP/UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS/ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA LUIZ DE QUEIROZ	NA
HORTO MUNICIPAL / PROJETO HORTAS NAS ESCOLAS	SEC. MUN. DE AGRICULTURA	NA
HORTAS COMUNITÁRIAS	SEC.MUN. DE AGRICULTURA E SMAS	
FEIRAS LIVRES	SEC. MUN. DE AGRICULTURA E SEC.MUN. DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE	NA
3. RENDA E CONDIÇÕES DE VIDA		
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	SMAS	AVANÇADA, INFORMATIZADA
BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA – BPC	SMAS	AVANÇADA, INFORMATIZADA
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	SMAS	NA
INCLUSÃO PRODUTIVA - CAPACITAÇÃO	SMAS	INCIPIENTE
ECONOMIA SOLIDÁRIA	SMAS/UNESP	INCIPIENTE
AÇÃO JOVEM	SMAS	NA
RENDA CIDADÃ	SMAS	AVANÇADA, INFORMATIZADA
PROGRAMAS DE HABITAÇÃO – EX: MINHA CASA, MINHA VIDA	SEC. MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	AVANÇADA, INFORMATIZADA
4. ACESSO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL		
PNAE – ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	NA
BANCO MUNICIPAL DE ALIMENTOS	SMAS	EXISTENTES, PORÉM POUCO SISTEMATIZADAS ANTES DO INÍCIO DA PESQUISA
DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS	SMAS, FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE, E ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL	INCIPIENTE
PROGRAMA VIVA LEITE	SECRETARIA DE ESTADO DE DES. SOCIAL E SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS)	INFORMATIZADA
PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR –PAT	MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE	AVANÇADA, INFORMATIZADA
5. SAÚDE, NUTRIÇÃO E SERVIÇOS RELACIONADOS		
PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA	SMS	EM PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
PROMOÇÃO DE HÁBITOS DE VIDA E DE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL PARA PREVENÇÃO DA OBESIDADE E DAS DOENÇAS NÃO-TRANSMISSÍVEIS	SMS E UNESP	NA
PROMOÇÃO DO ALEITAMENTO MATERNO	SMS/SMAS/UNESP	NA
SUPLEMENTAÇÃO DE FERRO	SMS	NA
COBERTURA VACINAL NO PRIMEIRO ANO DE VIDA	SMS	NA
PASTORAL DE CRIANÇA	IGREJA CATÓLICA	INCIPIENTE
6. EDUCAÇÃO		
COMBATE AO ANALFABETISMO	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	NA
POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	NA

*NA = NÃO ANALISADO.

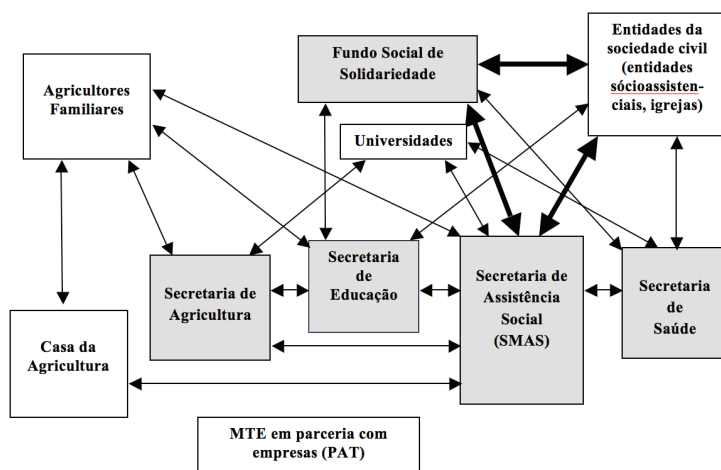
FONTE: TRABALHO DE CAMPO, ELABORAÇÃO DESTA PESQUISA.

Ao observar o Quadro 1, impressiona a quantidade e variedade de políticas existentes e de ações sendo realizadas no município que têm interface com o tema de

SAN. Vale ressaltar que não foi possível incluir no levantamento todas as ações sendo realizadas por entidades da sociedade civil. Contudo, o estudo confirmou uma falta de articulação entre as ações identificadas.

As articulações entre os principais atores envolvidos na realização de ações de SAN no município são mais fortes e estabelecidos entre alguns e inexistentes entre outros, como pode ser observado na Figura 1.

Figura 1. Articulações entre os setores envolvidos na realização de ações de SAN em município de médio porte no interior de São Paulo – 2011



LEGENDA: CAIXAS CINZA = SETORES DE GOVERNO; FLECHAS = NÍVEL DE COLABORAÇÃO E TROCA DE INFORMAÇÕES; FLECHAS MAIS ESPESSAS = NÍVEL MAIOR DE COLABORAÇÃO. FONTE: TRABALHO DE CAMPO, ELABORAÇÃO DESTA PESQUISA.

Dessa forma, observa-se uma colaboração intensa entre a SMAS, o Fundo Social de Solidariedade e entidades da sociedade civil. Essas últimas são parceiras importantes na execução de várias ações, desde o Banco Municipal de Alimentos até programas de inclusão produtiva, capacitação profissional, economia solidária e distribuição de cestas básicas.

O Fundo Social de Solidariedade vem desempenhando um novo papel no município no intuito de sair de uma tradição de assistencialismo e consolidar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como explicou uma de suas gestoras:

Quando nós assumimos o Fundo Social, pensamos em fazer uma reestruturação na forma que ele vinha funcionando, mesmo porque as políticas sociais hoje estão mais estruturadas, estão normatizadas, então não justificava mais o Fundo Social estar desenvolvendo aquele atendimento assistencialista, pontual, emergencial. O enfoque principal do Fundo Social ficou sendo a articulação [...] Nós estamos trabalhando com as entidades da seguinte forma: Todo e qualquer atendimento tem que passar pelo CRAS. O CRAS é a porta de entrada [...] É tudo respeitando a rede [...], valorizar o SUAS.

Com a reestruturação do trabalho do Fundo Social, uma ação que era emblemática do assistencialismo e clientelismo – a distribuição de cestas básicas emergenciais – passou a ser realizada de forma diferente, por meio de um arranjo institucional que envolve o Fundo Social, os CRAS e as entidades da sociedade civil (muitas das quais de cunho religioso). Hoje, as cestas básicas são fornecidas pelo Fundo Social e distribuídas pelas entidades da sociedade civil de acordo com listas fornecidas às entidades pelos CRAS. Dessa forma, os CRAS são a porta de entrada para as famílias, que são acompanhadas e encaminhadas para outros serviços socioassistenciais. Estes serviços incluem o fornecimento de cestas de legumes pelo Banco Municipal de Alimentos, que são vistos como “complementares” à cesta básica, em particular nos casos que envolvem problemas de saúde ou crianças.

Outra estrutura operacional que tem induzido certa articulação e troca de informações entre diferentes setores é a do Programa Bolsa Família, que exige cooperação entre as Secretarias Municipais de Assistência Social, Educação e Saúde. A SMAS é responsável pela gestão do programa e as Secretarias de Educação e Saúde realizam papéis importantes no acompanhamento de condicionalidades do programa. As três Secretarias lidam com as mesmas famílias cadastradas no programa e acabam trocando informações a respeito, com o intuito de localizar as famílias com condicionalidades não cumpridas.

Essa colaboração eventualmente envolve encaminhamentos para atendimento em outros setores. Uma gestora da Secretaria de Saúde relatou a participação crescente de assistentes sociais da Secretaria de Saúde em reuniões com famílias nos CRAS, o que evidencia uma tendência positiva no que diz respeito ao trabalho intersetorial; e os agentes sociais da SMAS, que trabalham nos CRAS, têm chamado funcionários da Saúde para ministrar palestras sobre diabetes, hipertensão, entre outros temas.

Vale destacar a observação feita por vários entrevistados de que o trabalho intersetorial entre a Saúde e outros setores, como a SMAS e a Educação, é bastante facilitado nos territórios onde existe o Programa Saúde da Família. A seguinte observação feita por uma gestora da Secretaria de Saúde foi confirmada por outros entrevistados em outros setores:

[O Programa] Saúde da Família tem uma característica que, por trabalhar com uma área delimitada de população, ela consegue articular dentro do território dela. Se tiver Pastoral da Criança, articula e com outras entidades também, CRAS também. Na Unidade Básica de Saúde fica difícil porque é um território muito maior.

Alguns programas de SAN encontram-se bastante desarticulados dos demais no município, como por exemplo, o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), que é executado pelo Ministério do Trabalho e Emprego em parceria com empresas e opera de forma desvinculada de outras ações de SAN.

Nota-se, também, uma falta de articulação entre a Secretaria Municipal de Agricultura e a Casa da Agricultura, que pertence à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Essa última funciona há muitos anos no município, enquanto a Secretaria de Agricultura foi criada em 2006. Alguns entrevistados citaram a

falta de uma boa relação entre os governos estadual e municipal como um fator que pode estar contribuindo à falta de articulação. Entretanto, uma colaboração maior foi detectada entre alguns gestores da SMAS e da Casa da Agricultura, que parece ser consequência de relações estabelecidas historicamente. A Secretaria de Agricultura colabora com a SMAS em algumas ações (PAA e Hortas nas Escolas) e é parceira importante da Secretaria de Educação na realização de compra da Agricultura Familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A exposição da Figura 1, no momento da apresentação de resultados do projeto para gestores da SMAS em dezembro de 2011, provocou bastante debate. Um gestor chamou atenção para o fato dos agricultores familiares terem de lidar com quatro órgãos governamentais diferentes. Outra questão foi a menor articulação da Secretaria de Agricultura com os outros setores, o que levou a uma discussão sobre os desafios do trabalho intersetorial em geral.

A falta de articulação no município entre a modalidade Doação Simultânea do PAA, operacionalizada pela SMAS, e a compra da agricultura familiar para a Alimentação Escolar, sob a responsabilidade da Secretaria de Educação em parceria com a Secretaria de Agricultura, é um caso ilustrativo. Como colocado anteriormente, os agricultores familiares do município precisam lidar com quatro órgãos governamentais diferentes. A Casa de Agricultura emite as Declarações de Aptidão ao PRONAF necessárias para inscrição nos programas. A SMAS é responsável pela gestão do edital referente ao PAA – Modalidade Doação Simultânea e a Secretaria de Educação gerencia o edital referente à compra da agricultura familiar para a Alimentação Escolar. Os produtores inscritos no PAA fazem entrega individualmente dos produtos para o Banco Municipal de Alimentos, enquanto os produtores que participam da Alimentação Escolar – que foram obrigados a formar uma associação – entregam para a Secretaria de Agricultura. Essa última, por sua vez, colabora na articulação com os produtores e com o empacotamento e a distribuição aos quase 100 pontos de entrega no município. A articulação entre os dois programas de agricultura familiar é praticamente inexistente, e poucos agricultores participam de ambos.

Essa colaboração do setor agrícola com as políticas públicas voltadas para a alimentação é relativamente recente e, portanto, apresenta várias dificuldades que estão sendo negociadas e superadas com o tempo. Um dos maiores desafios é a conciliação de demanda com a oferta. Falta uma negociação efetiva entre o setor da agricultura e os gestores dos programas na SMAS e na Secretaria Municipal de Educação. Existem canais abertos informais de comunicação, porém faltam espaços institucionalizados para a comunicação intersetorial, como um gestor da Secretaria de Agricultura comentou:

A gente tem que ter reuniões periódicas, a gente não faz [...] a gente teria que ter essas trocas de figurinhas mais estabelecidas mesmo, a cada 15 dias, 20 dias, uma reunião entre nós, seria de grande importância.

O curto tempo de funcionamento do programa face ao tamanho dos desafios, e à natureza inédita do vínculo entre a Agricultura e programas de alimentação, contribuem, também, para explicar essa dificuldade.

É inegável que a confiança e as relações pessoais, históricas e construídas, são fatores fundamentais na realização bem-sucedida do trabalho intersetorial e mesmo *intra*setorial. Como a nutricionista Denise Oliveira afirmou em seminário nacional sobre o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição:

A resposta para a pergunta sobre esse conceito de intersetorialidade não está pronta, está sendo construída. A intersetorialidade é uma mistura, ela tem um grau arriscado de dissolução de egos, de relações de poder, de interesses pessoais e de grupos, por isso é difícil. (OLIVEIRA, 2010, p. 28)

A pesquisa afirmou a existência desses obstáculos em vários setores. A fala de um gestor do setor da agricultura foi emblemática:

São cinco forças dentro [do município] que trabalham para a agricultura: dois sindicatos [...], o Conselho Municipal do Desenvolvimento Rural, a Secretaria de Agricultura do Estado, e a Secretaria Municipal; então a gente sonha que isso um dia chegue a andar junto, e num mesmo sentido, mas isso é um pouco de disputa e coisas pessoais que às vezes [...] neutraliza certas ações.

Ficou evidente que a falta de confiança e a busca por reconhecimento pessoal muitas vezes interferem na construção do trabalho intersetorial. Um técnico do Governo Municipal expressou bem esse sentimento:

Nós temos esses dados aqui. Agora, [o diretor] esta segurando a sete chaves, por que? [...] É difícil para [ele] passar essa informação para [o gestor de outra Secretaria] para fomentar ou melhorar e fazer isso daí, porque o Secretário vai falar que foi ele que fez.

Outro fator que interfere na intersetorialidade, evidenciado nas falas dos gestores, é a sua preferência por trabalhar dentro dos limites do seu próprio âmbito de influência, com equipes e recursos próprios. Expressaram desconforto ao lidar com aspectos fora do seu controle, ou devido aos limites institucionais do cargo, ou ao receio de depender das ações dos outros. Esse sentimento foi evidente, por exemplo, na seguinte fala de uma gestora da Alimentação Escolar no município:

Eu sinto falta que o Departamento [de Abastecimento da Secretaria de Agricultura] pertencesse a nós, trabalhasse aqui conosco [...] o que eu sinto é que [...] fica um pouquinho separado.

As falas de muitos gestores refletiram uma visão estreita em relação às suas atribuições e receio em aceitar propostas de trabalho intersetoriais. Entretanto, essas atitudes podem ser influenciadas e moldadas pela cultura político-administrativa e as estruturas organizacionais. Vários entrevistados caracterizaram o Governo Municipal como sendo composto de “prefeiturinhas”, com uma visão administrativa pouca integrada, como observou a seguinte gestora:

Hoje nós temos um problema muito sério que cada secretário se acha um prefeitinho e tudo mundo quer fazer as coisas independente.

Outra gestora do campo gerencial da Prefeitura referiu o mesmo desafio ao expressar sua frustração com a falta de apoio político para ações intersetoriais:

Nós estamos tentando fazer alguma coisa para trabalhar integrados. [...] Mas a gente não tem apoio político e aí fica difícil de fazer. [...] As prefeituras estão organizadas para trabalhar compartimentalizadas e não integradas.

Essa situação constitui um retrato que certamente caracteriza boa parte das prefeituras municipais no Brasil. É mais fácil e habitual um prefeito cobrar um dirigente setorial para a realização de uma ação do que cobrar um grupo de gestores para a implantação de uma política intersetorial. Como consequência, os gestores, acostumados a serem cobrados individualmente, são incentivados a buscar o reconhecimento individual.

Como um gestor da SMAS observou, é justamente devido a essa tendência individualista e setorial que é preciso pensar em termos de um sistema de SAN. São necessários planos de governo que articulam os diferentes setores na construção de políticas e definam metas comuns com estruturas organizacionais intersetoriais. Ao refletir sobre as dificuldades enfrentadas por ele para integrar a gestão dos programas sob a sua responsabilidade, o mesmo gestor observou que “os programas não nasceram juntos”. São resultados de editais e políticas espontâneas e desarticuladas, e não originaram de um plano integrado baseado em um sistema municipal de SAN.

É uma observação muito pertinente para pensar sobre a falta de articulação entre as diversas ações de SAN no município. Sem um arranjo institucional responsável pela elaboração, implantação e monitoramento de um Plano Municipal de SAN que integra ações existentes e orienta ações futuras, é provável que as ações continuem espontâneas e pouco articuladas. Como a gestora da Alimentação Escolar observou, ao refletir sobre os desafios da gestão intersetorial junto à Secretaria de Agricultura: “Eles têm um planejamento e aqui a gente tem outro”.

A pesquisa revelou uma falta de instâncias intersetoriais institucionalizadas e espaços de encontro e de troca de informações entre gestores de diferentes setores que pudessem promover a construção de relações e de compreensões compartilhadas. Poucas estruturas que favorecem encontros intersetoriais foram identificadas, com a exceção de reuniões quinzenais, no Gabinete de Governo, do chamado “Grupo Social”, uma subdivisão organizativa das secretarias no município composto dos Secretários de Saúde, Assistência Social, Educação, Cultura, Esporte, Segurança e Turismo, além do Fundo Social de Solidariedade. Chamou atenção a ausência, apesar da sua contribuição importante em diversas ações de SAN, da Secretária de Agricultura, que compõe outro grupo – o Grupo de Infra-estrutura. Esse arranjo prejudica a construção de relações e políticas intersetoriais entre a Secretaria de Agricultura e as Secretarias que compõem o Grupo Social.

Vários projetos de pesquisa focando diferentes dimensões de SAN estavam sendo realizados no município na época do presente estudo, por distintos setores e universidades, porém uns não tinham conhecimentos sobre os outros. Faltava uma instância intersetorial para a socialização de tais ações e criação de vínculos que possibilitasse a maior colaboração e sinergia entre elas. Ao promover a articulação entre instituições de pesquisa junto a gestores do governo e outros representantes de entidades da sociedade civil, no âmbito de um Conselho Municipal de SAN, cria-se uma *policy community* que contribui para construir uma compreensão compartilhada das políticas (RIST, 1994; SABATIER, 1993; CAPELLA, 2007). Constitui-se assim uma grande oportunidade para remediar a falta de uma compreensão do tema de SAN como sendo uma questão intersetorial, evidenciada nas entrevistas com gestores.

5.2 MONITORAMENTO DAS AÇÕES DE SAN

Como se pode observar no Quadro 1, a pesquisa revelou uma falta de ações de coleta de dados e monitoramento de programas de SAN no município em geral. Apenas os programas do Governo Federal (e alguns do Governo Estadual), com sistemas informatizados avançados, e que obrigam os municípios a alimentar os sistemas como condição para o repasse de recursos, são alvos de ações bem desenvolvidas de monitoramento. O poder de tais sistemas para induzir a coleta de dados específicos, por meio do seu vínculo com a disponibilidade de recursos, foi bem evidente na pesquisa.

O Programa Bolsa Família (PBF) conta com um dos sistemas mais avançados, desenvolvido pelo Governo Federal. O Índice e Gestão Descentralizada do PBF, composto de quatro indicadores, serve como incentivo aos municípios para priorizar algumas ações consideradas chaves para a qualidade do programa, a saber: a atualização da base de dados do Cadastro Único, a validação cadastral, e o acompanhamento e registro de condicionalidades de educação e de saúde. As pessoas responsáveis pela gestão do PBF no município deixaram claro que fazem questão de empenhar-se para melhorar o IGD do município, pois o repasse de recursos depende dele.

O sistema integrado de gestão de informação do PBF contribui para a articulação entre os setores de Assistência Social, Saúde e Educação no município e induz seu monitoramento. O gestor do CadÚnico observou:

Se você não criasse no cadastro condicionalidades, um sistema que integre e crie a necessidade do contato pessoal do profissional de outras secretarias, não teria essa articulação que tem hoje.

Entretanto, essa articulação atualmente é informal, sem o apoio de uma instância intersetorial institucionalizada. Vários entrevistados enfatizaram que sentem falta de reuniões periódicas com gestores dos outros setores para discutir problemas e socializar informações referentes ao PBF. A pesquisa revelou uma grande oportunidade neste sentido, pois os gestores de distintos setores enfrentam o mesmo desafio ao ter que “procurar as pessoas” e “trazê-los para dentro” das políticas públicas.

Chamou a atenção, ao entrevistar gestores da Secretaria de Saúde, o fato de o

sistema de acompanhamento das condicionalidades do PBF já estar implantado e funcionando plenamente, enquanto o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN ainda se encontra em fase de implantação. O grande entrave citado por eles é a falta de acesso à internet de banda larga nas Unidades de Saúde, pois o sistema do PBF pode ser alimentado pelas enfermeiras em casa no final do semestre, enquanto o SISVAN não:

O sistema do PBF tem uma diferença em relação ao SISVAN. As nossas enfermeiras costumam levar para casa e alimentam em casa (o Bolsa Família), mas os dados podem ser lançados no final do semestre, pois elas vão anotando nas fichas e chega um determinado momento em sua casa você entra no sistema e com essas fichas alimenta o sistema. O SISVAN não dá para fazer assim.

Os outros grandes parceiros da SMAS – o Fundo Social de Solidariedade e as entidades da sociedade civil – também enfrentam limitações em relação às ações de monitoramento e coleta de dados. A maioria das entidades da sociedade civil que são parceiras em ações de SAN no município, não coleta dados e não conta com sistemas informatizados. Em levantamento realizado junto às entidades beneficiárias do Banco Municipal de Alimentos, a maioria relatou manter um cadastro das pessoas beneficiadas, porém menos de um quarto contam com sistemas informatizados. As dificuldades citadas foram: falta de voluntários para realizar o trabalho, além da falta de *software* específico, equipamentos e pessoas capacitadas. A seguinte resposta de uma entidade foi exemplar:

Como a entidade trabalha apenas com voluntários, na maioria aposentados, é impossível exigir banco de dados informatizado.

O Fundo Social de Solidariedade tem um cadastro grande de pessoas que procuraram assistência, porém a falta de atualização e gestão do mesmo prejudica a sua utilidade, como explicou essa gestora:

No início a gente até quis estar junto com o Cadastro Único da prefeitura, mas é muito complexo, não foi possível [...] O Fundo Social tem um cadastro próprio, mas é um cadastro, assim - é um programa que já funciona há muito tempo, ele tá antigo, defasado. Mas é o que tem.

Ao conversar com gestores do setor da agricultura, impressionou a falta de informações existentes sobre a área rural do município, de dados básicos socioeconômicos sobre os habitantes, sua localização e o uso da terra. Atualmente, as informações que subsidiam as políticas da Secretaria da Agricultura são oriundas principalmente dos contatos diretos com os produtores em reuniões ou na hora de entregar seus produtos para a alimentação escolar. A Casa da Agricultura, do governo estadual, também depende principalmente de contatos diretos eventuais com produtores para levantar dados referentes à produção agrícola, que são esti-

103

SUBSÍDIOS PARA
A ELABORAÇÃO
DE UM SISTEMA
MUNICIPAL DE
GESTÃO DE
INFORMAÇÃO
INTEGRADA À LUZ
DAS DIRETRIZES DA
POLÍTICA NACIONAL
DE SEGURANÇA
ALIMENTAR E
NUTRICIONAL

mativos. A informalidade e falta de documentação no setor constitui outro desafio, no que diz respeito à coleta de dados confiáveis, e também para a emissão de Declarações de Aptidão ao PRONAF necessárias para participar das políticas.

Vários entrevistados de diversos setores expressaram uma grande vontade de ter acesso a um sistema integrado de informação sobre as famílias atendidas. Entretanto, os motivos divergiram. Muitos gestores deixaram explícitos seus anseios para ter em mãos dados que possibilitassem uma ação mais estratégica e efetiva “no nível do município como um todo”. Foi o caso dos gestores da Secretaria de Saúde responsáveis pela implantação do SISVAN, e dos colaboradores da SMAS que vinham desenvolvendo ações nesse sentido desde 2009, e que propuseram a elaboração de um sistema integrado de gestão de informação como objetivo da presente pesquisa. Uma lacuna de informação citada repetitivamente por eles se refere à cobertura do público alvo pelos programas: Estão realmente alcançando a população mais vulnerável? Outra lacuna de informação, apontada pela Secretária da SMAS e vários outros, é referente ao impacto das políticas na segurança alimentar e nutricional dos beneficiários:

A gente sente necessidade de ter um maior acompanhamento desse trabalho para ver [...] como ele está influenciando na vida das famílias [...] e como elas estão saindo da situação de insegurança alimentar nutricional para uma de segurança, e se [...] as pessoas estão se alimentando melhor.

Uma assistente social expressou um sentimento ecoado por vários entrevistados:

O ideal seria pegar o nome, RG da pessoa, digitar aqui, aí eu vou saber que ela já morou no [Bairro X], recebeu tantas cestas básicas, nessa época o marido dela trabalhava em tal lugar, aí morou dois anos fora, depois voltou para o [Bairro Y] – o ideal seria isso porque você pega a história da pessoa.

A mesma pessoa comentou que existem igrejas que doam cestas básicas fora da rede da Assistência Social, e com isso, algumas famílias recebem cestas básicas de vários lugares, o que “*incentiva a dependência*” e não a autonomia. Falou que “*Gostaria de ter dados que mostram que as famílias conseguiram a independência dos benefícios*”.

Percebe-se, dessa forma, que enquanto algumas pessoas vislumbram, em um sistema integrado de informação, a possibilidade de evitar que as famílias tirem vantagem ou “abusem do sistema”, outros sentem falta de um sistema desse tipo para melhorar a gestão e garantir a plena realização dos direitos de cada família no sentido de acessar os programas disponíveis. Como observou o seguinte gestor da SMAS:

Tem um grupo de pessoas que gostaria de ter as informações para otimizar o serviço público, para melhorar a sua eficiência [...] mas também tem um grupo de pessoas que vai utilizar como mecanismo para controle ou opressão, e que não entenderam ainda uma coisa que chama serviço socioassistencial.

Dessa forma, a pesquisa apontou a necessidade de promover uma cultura de monitoramento e avaliação na esfera municipal, que ainda é muito incipiente. Uma cultura de avaliação, de acordo com Vaitsman, Rodrigues e Paes-Sousa (2006) é “um conjunto de práticas e crenças legitimando a avaliação como parte da gestão de programas e políticas” (p. 16). Uma gestora do Fundo Social de Solidariedade, que trabalhou muitos anos no setor de Assistência Social no município, observou:

Essa parte [de avaliação de ações] a gente é muito, muito carente, digo “a gente” da Prefeitura como um todo. A Prefeitura precisa avançar muito com essa questão [...].

Uma gestora gerente da Prefeitura, ao ser interrogada sobre o monitoramento de ações de SAN no município, respondeu:

Precisaria reunir as pessoas que estão fazendo isso e se a gente fizesse funcionar o cadastro único [de banco de dados municipal], e que as secretarias tivessem acesso, você poderia ter um monitoramento adequado. Eu tenho clareza disso e batalhei muito para que a gente tivesse esse cadastro único, mas nós não conseguimos sensibilizar o governo a dar andamento [...] avançou muito, mas ele não atende o que nós achamos que é essa ação intersetorial. [...] primeira coisa é a estrutura da tecnologia da informação nossa, que é muito pequena e precária. [...] e o governo como um todo precisa ter clareza de que isso é importante.

Mesmo se superadas as limitações tecnológicas para realizar a coleta e sistematização de dados (equipamentos, acesso à internet, software e capacitação de pessoas), a pesquisa mostrou que a maioria dos gestores tem pouca experiência com monitoramento e avaliação, e muitos não priorizam ou não reconhecem o valor. A maioria das ações de coleta de dados no município é realizada por motivos de prestação de contas e relatórios, e dificilmente subsidiam a gestão dos programas. O fomento de uma cultura de monitoramento e avaliação mostra-se necessária, iniciando-se pela sensibilização dos dirigentes de mais alto escalão para que tenham “clareza de que isso é importante”, como apontado pela gestora acima citada.

5.3 ANÁLISES COMPLEMENTARES DE DADOS DO BANCO MUNICIPAL DE ALIMENTOS E O PAA

Os gestores da SMAS deixaram explícito, na época da definição dos objetivos da presente pesquisa, seu interesse em fazer um diagnóstico de SAN no município e, sobretudo, saber se seu público alvo estava sendo atendido pelas políticas de assistência social e SAN. Entre os programas identificados por eles como sendo prioritários estavam o Banco Municipal de Alimentos (BA) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Os dois programas são intimamente articulados, pois os alimentos comprados dos agricultores familiares são entregues no BA, selecionados e redistribuídos à rede de entidades beneficiárias. Entretanto, faltava uma organização e sistematização útil

dos dados que vinham sendo coletados referentes a esses dois programas de SAN, o que se traduziu em uma falta de monitoramento e gestão estratégica.

Ao sistematizar em planilhas e gráficos os dados oriundos de relatórios mensais referentes aos últimos três anos, foi possível para os gestores de a SMAS identificar tendências e necessidades de ajustes. Um gestor fez a seguinte observação com base nos gráficos elaborados:

Algumas coisas [...] são muito claras: primeiro que a chegada do PAA nesse cenário encolhe o BA, e aí é uma avaliação que temos que fazer estrategicamente [...] quando o PAA chega, o BA diminui.

De acordo com ele, esse processo de sistematização dos dados levou à reavaliação de todos os quadros de metas do PAA para o ano de 2011, com aumento de praticamente 60% no valor gasto com a compra direta de produtores inscritos no programa em comparação ao ano de 2010, o que equivaleu a 56% de aumento no total de produtos comprados (em quilos).

Afirmou, também, que a melhoria da gestão do PAA influenciou diretamente a gestão do BA. O número de entidades beneficiárias e o número de atendimentos diretos às famílias foram ampliados por meio de trabalho realizado junto às entidades e os CRAS. Ao mesmo tempo, os resultados do tratamento dos dados provocaram um questionamento sobre os critérios para distribuição dos alimentos do BA e o significado dos dados fornecidos pelas entidades receptoras de doações – questões que os gestores da SMAS pretendem aprofundar no próximo ano. As ferramentas de informática para coleta de dados de ambos os programas foram aprimoradas, visando à maior eficiência e a geração de relatórios mais relevantes para os gestores dos programas.

5.4 EM DIREÇÃO A UM SISTEMA MUNICIPAL DE GESTÃO DE INFORMAÇÃO INTEGRADA DE AÇÕES DE SAN

Os resultados apresentados apontam passos necessários para enfrentar obstáculos à implantação de um Sistema Municipal de Gestão de Informação Integrada à luz das diretrizes da Política Nacional de SAN. Esses obstáculos são de natureza política, administrativa e técnica.

No âmbito político, é necessário dar mais visibilidade e prioridade ao tema de SAN e promover a sensibilidade e conscientização em relação à Política Nacional de SAN, alicerçada na gestão descentralizada e intersetorial.

No âmbito administrativo, é preciso mudar o modelo vertical de gestão e adotar um modelo horizontal que fortaleça o papel de pequenos gestores dentro da grande estrutura. É preciso enfrentar a cultura “centralizadora” existente que vai à contramão da lógica da gestão descentralizada. Entretanto, o grande desafio, como apontou um gestor do SMAS, é que isso envolve “a quebra das relações da conveniência [e] modificação dos poderes, das influências que as pessoas têm em relação aos processos; estou falando de possíveis vantagens pessoais que elas possam ter e deixar de ter”.

É necessário também criar instâncias intersetoriais e promover uma cultura de monitoramento e avaliação com maior apoio do poder executivo municipal para processos de coleta e gestão de dados. Os processos são muito incipientes em alguns setores, e poucos gestores atualmente pensam sobre modos de integrar as diversas bases de informação. Será necessário elaborar protocolos referentes ao acesso às informações coletadas por cada setor; “protocolos técnicos de amarrações políticas para a otimização das informações”, como explicou o gestor do SMAS. Porém, ele lembrou, também, que para garantir o fortalecimento da rede socioassistencial, é preciso investir no quadro de profissionais:

Como você faz isso se você não tem uma estrutura de governo forte, se tem uma deficiência de quadros [...]? As coisas foram crescendo, tomando corpo, e as estruturas não foram acompanhando isso.

No âmbito técnico, ainda falta estrutura do Setor de Tecnologia de Informação do município, além de ferramentas informáticas que possibilitem a integração de diferentes bases de dados. O técnico responsável pela gestão do CadÚnico expressou expectativas em relação ao software em linguagem HTML utilizado pela Secretaria de Habitação, desenvolvido em parceria com o setor de Tecnologia de Informação em 2009, que constitui um bom modelo para um sistema integrado de informação.

A idéia era que a habitação viesse para a SMAS e fizesse essa integração das duas bases, pra depois ir pra a Saúde e Educação. Mas o processo foi abortado por conta das outras prioridades da bandeira do governo.

Outro desafio já reconhecido é a incompatibilidade entre os sistemas federais informatizados de acompanhamento das principais políticas sociais, como por exemplo, o CadÚnico do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o SISVAN do Ministério da Saúde.

Entretanto, como um gestor da SMAS observou, as ferramentas técnicas são inúteis sem a estrutura administrativa e definição de articulações e responsabilidades necessárias para sustentar um sistema integrado de informação:

Acho que pensar na questão da segurança alimentar nutricional é pensar em criação de módulos e fazer por partes; porque isso é muito grande, mas eu acho que se a gente conseguir caminhar o ano que vem e pensar em sistema, e quando digo isso não é somente desenvolvimento de software, mas pensar no sistema, no organograma, no fluxo, nas articulações, nas responsabilidades disso, pensar na manutenção do processo.

Os desafios na construção do trabalho intersetorial e de um Sistema Municipal de Gestão de Informação Integrada de SAN identificados pela pesquisa são apresentados na Figura 2 no intuito de ilustrar as suas inter-relações. Nota-se que

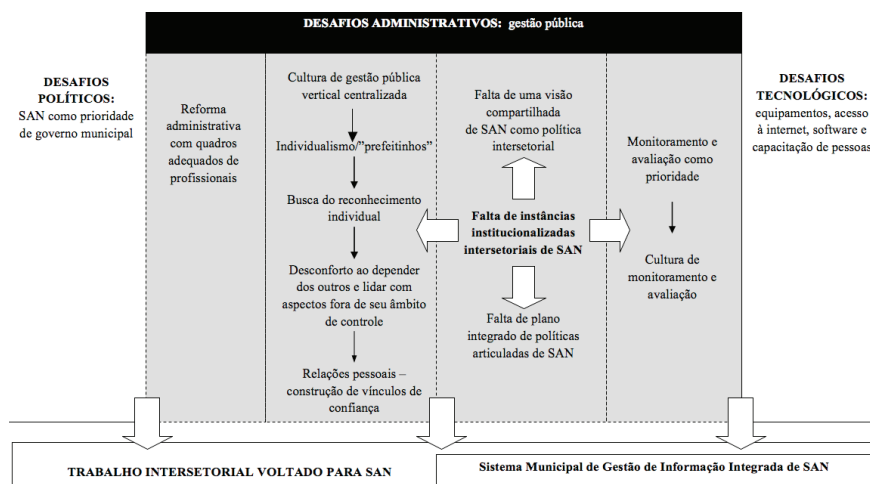
a maioria é de natureza administrativa, e que a criação de instâncias institucionalizadas intersetoriais de SAN pode propiciar vários efeitos positivos, como por exemplo: favorecer a construção de um plano integrado de SAN fundamentado em uma visão e responsabilidade compartilhadas, amenizando, dessa forma, a busca por reconhecimento pessoal e a constituição de “prefeiturinhas”; e possibilitar o monitoramento integrado de uma política de SAN.

Com o intuito de apoiar o município na construção de um Sistema Municipal de Gestão de Informação Integrada de SAN foi elaborada uma matriz de indicadores municipais adaptada da Matriz de Indicadores do Plano Nacional de SAN (CAISAN, 2011) (Anexo 1). O marco conceitual no Anexo 2 ilustra as relações entre as dimensões de SAN que constam na matriz. Entretanto, a pesquisa deixou claro que a re-ativação do Conselho Municipal de SAN, e a definição de uma instância institucional governamental responsável por coordenar e monitorar uma política de SAN, constituem ações prioritárias para possibilitar a implantação de um sistema integrado de gestão de informação. Sem essas instâncias intersetoriais para elaborar, analisar e monitorar um Plano Municipal de SAN, uma matriz de indicadores não terá significado nem utilidade. Para garantir a realização das ações é ainda preciso articulá-las com o Plano Diretor e o orçamento do Governo Municipal.

6. Conclusão

A presente pesquisa foi realizada com o intuito de subsidiar o processo de adesão dos municípios ao SISAN. Os resultados que apontam para os desafios e dificuldades políticas, administrativas e técnicas no município estudado complementam e corroboram resultados de outras pesquisas já realizadas sobre o tema (MDS, 2008; MAGALHÃES E BODSTEIN, 2009).

Figura 2. Desafios na construção do trabalho intersetorial e de um Sistema Municipal de Gestão de Informação Integrada de SAN em município de médio porte no interior de São Paulo – 2011



A opção de procurar compreender os desafios da intersectorialidade e ações de monitoramento realizadas em diversos setores resultou em uma visão mais abrangente, porém menos aprofundada. Cada programa é caracterizado por desafios específicos, no que diz respeito ao trabalho intersectorial e ações de monitoramento, que poderiam ser alvo de estudos específicos. Alguns atores importantes ficaram fora do escopo da pesquisa, como por exemplo, os conselhos municipais e as Secretarias Municipais de Planejamento e de Desenvolvimento Econômico. Não foi possível, também, aprofundar a compreensão do papel desempenhado pelas entidades da sociedade civil, que são parceiros muito importantes na realização de ações de SAN, porém ainda constituem uma “caixa preta” no que diz respeito à suas articulações e populações atendidas.

A pesquisa confirmou a suma importância dos requisitos mínimos para adesão dos municípios ao SISAN: (i) instituição de conselho municipal de SAN, (ii) instituição de câmara intersectorial de SAN e (iii) elaboração de plano municipal de SAN (Decreto Nº 7.272, Art. 11). Como a Figura 2 mostra, constituem-se o alicerce para o trabalho efetivamente intersectorial, e certamente são antecedentes necessários para a criação de um Sistema Municipal de Gestão de Informação Integrada voltada para o monitoramento de ações de SAN.

Por outro lado, o estudo levanta uma hipótese em relação ao poder de sistemas informatizados para induzir o trabalho intersectorial. À luz da constatação de que o sistema do PBF contribui para construir vínculos entre os setores de Assistência Social, Saúde e Educação, poderia ser propício pensar em um sistema informatizado capaz de fortalecer a relação entre o setor da Agricultura e as políticas de alimentação, especificamente as políticas que envolvem a aquisição de alimentos da Agricultura familiar². Seria uma forma de orientar e apoiar os gestores municipais no monitoramento da demanda e oferta de alimentos no âmbito dessas políticas, que ganham força crescente dentro da atual estratégia nacional de combate à fome e à miséria.

De acordo com os gestores do SMAS no município estudado, a colaboração com a presente pesquisa estimulou seu compromisso de cumprir os requisitos para adesão ao SISAN e fomentou a realização da II Conferência Municipal de SAN e a participação do município na etapa regional e na IV Conferência Nacional. Afirmaram, também, que as análises descritivas de dados referentes ao PAA e o Banco Municipal de Alimentos, realizadas no âmbito da pesquisa, provocaram mudanças estratégicas na gestão dos dois programas. Essa avaliação positiva aponta para o potencial de parcerias entre a universidade e o governo municipal na construção do SISAN e o fomento de uma cultura de avaliação. Na medida em que a comunidade acadêmica aprenda a enfrentar o desafio de realizar pesquisas em um ambiente político, os resultados terão mais utilidade e relevância para a política pública.

Existe ainda muito potencial na maior articulação entre as diversas ações de pesquisa que estão sendo realizadas no município e a construção, no âmbito de um

109

SUBSÍDIOS PARA
A ELABORAÇÃO
DE UM SISTEMA
MUNICIPAL DE
GESTÃO DE
INFORMAÇÃO
INTEGRADA À LUZ
DAS DIRETRIZES DA
POLÍTICA NACIONAL
DE SEGURANÇA
ALIMENTAR E
NUTRICIONAL

2 DE ACORDO COM INFORMAÇÃO DIVULGADA NO XIV ENCONTRO NACIONAL DO COLEGIADO NACIONAL DE GESTORES MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CONGEMAS EM MARÇO DE 2012, O GOVERNO FEDERAL ESTÁ EM PROCESSO DE ELABORAÇÃO DE UM ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DE SAN.

Conselho Municipal de SAN, de uma policy community que possa promover uma política integrada de SAN e contribuir para garantir a sua continuidade face às eventuais mudanças políticas inerentes a uma administração municipal.

Este estudo, apesar de seus limites, permitiu que se abrisse o caminho e se apontasse alguns passos necessários para a constituição do Sistema Municipal de Gestão de Informação Integrada. Espera-se que sirva também como subsídio para gestores de outros municípios e para alertar gestores do nível federal sobre possíveis formas de apoiar os municípios no processo de adesão ao SISAN.

Agradecimentos: à Luci Helena Wendel Ferreira, Secretária Municipal de Ação Social de Rio Claro – SP, pela parceria e compromisso com o projeto; a Ivan Souza Bonifácio e Bruna Santos Veloso e Silva, bolsistas; e a todos os entrevistados pela sua disposição.

Referências bibliográficas

ALVES-MAZZOTTI, A.J.; GEWANDSZNAJDER, F. O método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa quantitativa e qualitativa. Thompson, 1999.

CAPELLA, A.C.N. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. In: HOCHMAN, G.; M. ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (Org.), Políticas Públicas no Brasil, Editora Fiocruz, 2007, pp. 87-122.

CAISAN (Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional). Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015. Brasília, DF: MDS; Consea, 2011.

DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. Introduction: Entering the Field of Qualitative Research. In: DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. (Org.) Handbook of Qualitative Research, Sage Publications, 1994. p. 1-17.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). 2010a. Pesquisa nacional de amostras por domicílios: Suplemento segurança alimentar. Rio de Janeiro.

———. 2010b. Censo Demográfico 2010. Cidades. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=354390> [acessado 19/02/2012].

LINCOLN, Y.S.; GUBA, E.G. Naturalistic Inquiry. Sage Publications, 1985.

MAGALHÃES, R; BODSTEIN, R. Avaliação de iniciativas e programas intersetoriais em saúde: desafios e aprendizados. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(3):861-868, 2009.

MDS (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome). Subsídios para implantação de sistemas descentralizados de segurança alimentar e nutricional em regiões metropolitanas. Brasília: Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, MDS. 2008.

OLIVEIRA, D. Alimentação e Nutrição, desafios de um tema transversal e intersetorial. In: Seminário Nacional de Alimentação e Nutrição no SUS. PNAN 10 Anos – Relatório Final. Junho 2010. Coordenação Geral de Política Nacional de Alimentação e Nutrição, Ministério de Saúde. Brasília. Junho, 2010.

PATTON, M.Q. Variety in Qualitative Inquiry: Theoretical orientations. In: PATTON, M.Q. Qualitative Research and Evaluation Methods, 3rd edition. Sage Publications, 2002. p. 75-142.

RIST, R.C. Influencing the policy process with qualitative research. In: DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. (Org.) Handbook of Qualitative Research, ed. K.N. Denzin & Y.S. Lincoln, Sage Publications, 1994.

SABATIER, P.A. Policy change over a decade or more. In: SABATIER, P.A.; JENKINS-SMITH, H.C. (Org.) Policy Change and Learning: An Advocacy Coalition Approach, Westview Press, 1993. pp. 13-39.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. Grounded Theory Methodology. In: DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. (Org.) Handbook of Qualitative Research, Sage Publications, 1994. p. 273-285.

VAITSMAN, J.; RODRIGUES, R.W.S.; PAES-SOUSA, R. O Sistema de Avaliação e Monitoramento das Políticas e Programas Sociais: experiência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil, UNESCO Policy Papers/17, 2006.

Anexo 1. Sistema Municipal de Monitoramento de SAN – Proposta de Matriz de Indicadores

	DIMENSÃO/INDICADOR	DADOS	FONTE
1.	PRODUÇÃO DE ALIMENTOS		
1.1	% DE ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DE ACORDO COM GRUPOS E CLASSES DE ATIVIDADE		CENSO AGROPECUÁRIO 2006
1.2	% VALOR DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS		PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL - IBGE/2010
1.3	PRODUÇÃO DE ALIMENTOS MAIS CONSUMIDOS PELA POPULAÇÃO		CENSO AGROPECUÁRIO 2006
1.4	% DO VALOR TOTAL DE PRODUÇÃO QUE É DE HORTICULTURA		PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL
1.5	% DA PRODUÇÃO NA HORTICULTURA DE AGRICULTORES COM < 4 HA		CENSO AGROPECUÁRIO 2006
1.6	DISTRIBUIÇÃO DA TERRA		CENSO AGROPECUÁRIO 2006
1.7	% DO VALOR TOTAL DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA QUE É DA AGRICULTURA FAMILIAR		
1.8	NÚMERO DE AGRICULTORES COM DAP (PRONAF)		MDA
1.9	% DE AGRICULTORES COM DAP QUE PARTICIPAM DO PAA E/OU PNAE		SMAS
1.10	NÚMERO DE AGRICULTORES CERTIFICADOS COMO PRODUTORES ORGÂNICOS		
2.	DISPONIBILIDADE DE ALIMENTOS		
2.1	LOCALIZAÇÃO/DISTRIBUIÇÃO/TAMANHO DE ESTABELECIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS POR BAIRRO		FACIRC
2.2	LOCALIZAÇÃO E PERIODICIDADE DE FEIRAS LIVRES		SEC. MUNIC. DE DESENVOLVIMENTO, PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE
3.	RENDA E CONDIÇÕES DE VIDA		
3.1	DESIGUALDADE DE RENDA - ÍNDICE DE GINI		
3.2	PERCENTUAL DE RENDA APROPRIADA PELOS 20% MAIS POBRES E 20% MAIS RICOS DA POPULAÇÃO		CENSO DEMOGRÁFICO IBGE 2000 WWW.PORTALODM.COM.BR/RELATORIOS/SP/RIO-CLARO#
3.3	ÍNDICE PERCENTUAL DE EXTREMA POBREZA (< ¼ SALÁRIO MÍNIMO PER CAPITA)		CENSO DEMOGRÁFICO IBGE 2010
3.4	ÍNDICE PERCENTUAL DE POBREZA (< ½ SALÁRIO MÍNIMO PER CAPITA)		CENSO DEMOGRÁFICO IBGE 2010
3.5	RAZÃO ENTRE RENDA DOMICILIAR PER CAPITA MÉDIA DE CHEFES DE DOMÍLIO NEGROS E BRANCOS		PNAD/IBGE
3.6	TAXA DE TRABALHO FORMAL (16 ANOS OU MAIS)		PNAD/IBGE
3.7	TAXA DE EMPREGO FORMAL DA POPULAÇÃO NEGRA		RAIS/MTE
3.8	TAXA DE EMPREGO FORMAL DE MULHERES		RAIS/MTE
3.9	TAXA DE DESEMPREGO TOTAL		POF/IBGE?
3.10	ÍNDICE PAULISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL - IPRS - DIMENSÃO RIQUEZA*		FUNDAÇÃO SEADE
4.	ACESSO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL		

4.1	% DAS FAMÍLIAS QUE INFORMARAM QUE A QUANTIDADE DE ALIMENTOS CONSUMIDOS NO DOMICÍLIO NÃO ERA SUFICIENTE	WWW.PORTALODM.COM.BR/RELATORIOS/SP/RIO-CLARO#
4.2	% DA RENDA FAMILIAR TOTAL GASTA COM A ALIMENTAÇÃO	POF/IBGE
4.3	% DE DESPESA COM CONSUMO ALIMENTAR POR QUINTIL DE RENDA	POF/IBGE
4.4	INDICADORES DE CONSUMO ALIMENTAR PERCENTUAIS NO TOTAL DE CALORIAS NA ALIMENTAÇÃO DOMICILIAR DE: PROTEÍNAS, CARBOIDRATOS, LIPÍDEOS; FRUTAS, VERDURAS E LEGUMES	POF/IBGE
5. SAÚDE, NUTRIÇÃO E SERVIÇOS RELACIONADOS		
5.1	CRIANÇAS MENORES DE 2 ANOS COM BAIXO PESO PARA IDADE	SIAB-DATASUS
5.2	% DE CRIANÇAS MENORES DE 5 ANOS COM BAIXO PESO PARA IDADE	SISVAN/MS
5.3	% DE CRIANÇAS MENORES DE 5 ANOS COM DÉFICIT DE ESTATURA PARA IDADE	SISVAN/MS
5.4	% DE CRIANÇAS MENORES DE 5 ANOS COM EXCESSO DE PESO PARA IDADE	SISVAN/MS
5.5	% DE ADOLESCENTES COM EXCESSO DE PESO (IMC)	POF/IBGE
5.6	% DE ADULTOS COM EXCESSO DE PESO E OBESIDADE (IMC)	POF/IBGE
5.7	TAXA DE PREVALÊNCIA DE EXCESSO DE PESO	SISVAN/DAB/SAS
5.8	TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL	FUNDAÇÃO SEADE 2010
5.9	% COM BAIXO PESO AO NASCER (< 2,5KILOS)	DATASUS/MS ou FUNDAÇÃO SEADE
5.10	% DE MÃES DO 10-19 ANOS DE IDADE	DATASUS/MS ou FUNDAÇÃO SEADE
5.11	PREVALÊNCIA DE ANEMIA FERROPRIVA EM MENORES DE 5 ANOS DE IDADE	
5.12	PREVALÊNCIA DE ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO ATÉ 6 MESES DURAÇÃO	DATASUS/MS ou FUNDAÇÃO SEADE
5.13	ÍNDICE PAULISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL- IPRS: DIMENSÃO LONGEVIDADE*	FUNDAÇÃO SEADE
6. EDUCAÇÃO		
6.1	TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS	CENSO DEMOGRÁFICO IBGE 2010
6.2	DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS POR GRUPOS DE ANOS DE ESTUDO	PNAD/IBGE
6.3	MÉDIA DE ANOS ESTUDO DE POPULAÇÃO MAIOR DE 14 ANOS POR RAÇA/COR	PNAD/IBGE
6.4	DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	MEC – INEP 2010
6.5	% DE CRIANÇAS DE 5-17 ANOS QUE NÃO FREQUENTAM A ESCOLA	
6.6	PERCENTUAL DE INVESTIMENTO PÚBLICO DIRETO EM EDUCAÇÃO EM RELAÇÃO AO PIB	PNAD/IBGE
6.7	ÍNDICE PAULISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL-IPRS: DIMENSÃO ESCOLARIDADE*	FUNDAÇÃO SEADE

113

SUBSÍDIOS PARA A ELABORAÇÃO DE UM SISTEMA MUNICIPAL DE GESTÃO DE INFORMAÇÃO INTEGRADA À LUZ DAS DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

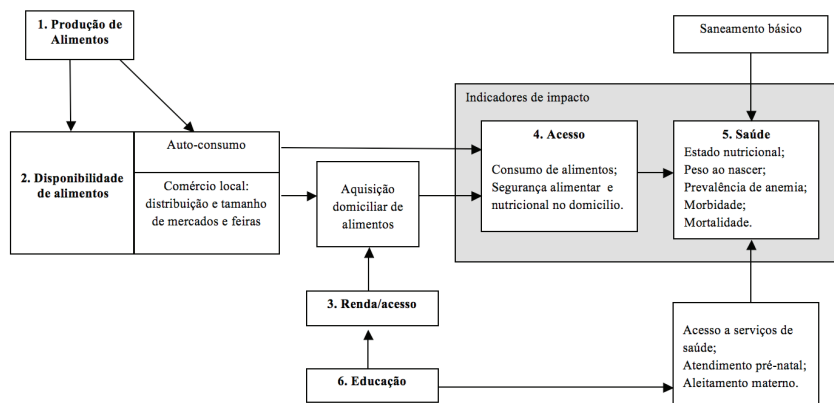
* OS INDICADORES DO IPRS SINTETIZAM A SITUAÇÃO DE CADA MUNICÍPIO NO QUE DIZ RESPEITO A RIQUEZA, ESCOLARIDADE E LONGEVIDADE, E QUANDO COMBINADOS GERAM UMA TIPOLOGIA QUE CLASSIFICA OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO EM CINCO GRUPOS. A METODOLOGIA COMPLETA PODE SER ENCONTRADA EM: WWW.SEADE.GOV.BR/PROJETOS/IPRS/AJUDA/2008/METODOLOGIA_2010.PDF

Anexo 1, continuação. Sistema Municipal de Monitoramento de SAN: Matriz de indicadores de Políticas Públicas de SAN

	POLÍTICA/PROGRAMA	DADOS	FONTE
1 E 2.	PRODUÇÃO/DISPONIBILIDADE DE ALIMENTOS		
1.1	PAA – MODALIDADE DOAÇÃO SIMULTÂNEA NÚMERO DE AGRICULTORES INSCRITOS QUILOS DE ALIMENTOS ADQUIRIDOS GASTOS PÚBLICOS		SMAS
1.2	REFORMA AGRÁRIA		INCRA
1.3	ASSENTAMENTOS RURAIS PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS DE ATER ACESSO À ÁGUA		ITESP
	INVESTIMENTO PÚBLICO MUNICIPAL – TOTAL E % DO TOTAL		
3.	RENDA E CONDIÇÕES DE VIDA		
3.1	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO. DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS % DE COBERTURA % COM CUMPRIMENTO DAS CONDICIONALIDADES % QUE CONSEGUIRAM INDEPENDÊNCIA		SMAS
3.2	BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA – BPC NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS		SMAS
3.3	PETI		SMAS
3.4	INCLUSÃO PRODUTIVA - CAPACITAÇÃO		SMAS
3.5	ECONOMIA SOLIDÁRIA		SMAS
3.6	AÇÃO JOVEM		SMAS
3.7	RENDA CIDADÃ		SMAS
	INVESTIMENTO PÚBLICO MUNICIPAL – TOTAL E % DO TOTAL		
4.	ACESSO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL		
4.1	PNAE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – NÚMERO DE REFEIÇÕES/MÊS ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – NÚMERO DE CRIANÇAS % COMPRADO DA AGRICULTURA FAMILIAR INVESTIMENTO PÚBLICO MUNICIPAL		SM DE EDUCAÇÃO
4.2	BANCO DE ALIMENTOS TOTAL DE QUILOS DE ALIMENTOS ARRECADADOS; QUANTIDADE (QUILOS) DOADA POR CADA DOADOR; PRODUTOS ORIUNDOS DO PAA – TOTAL (QUILOS) E % DO TOTAL ARRECADADO; QUANTIDADES DOADAS DE DIFERENTES CATEGORIAS DE ALIMENTOS; NÚMERO DE CESTAS DE ALIMENTOS DISTRIBUÍDOS ÀS ENTIDADES PARA AS FAMÍLIAS; QUILOS DE ALIMENTOS DISTRIBUÍDOS PARA AS ENTIDADES QUE FORNECEM REFEIÇÕES;		SMAS
4.3	DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS - NÚMERO DISTRIBUÍDO POR MÊS – TOTAL E POR CRAS E PÓLO		SMAS
4.4	PROGRAMA VIVA LEITE – LITROS DISTRIBUÍDOS		SM DE SAÚDE/CASA DA AGRICULTURA
4.5	PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR - PAT		TEM - PERÍODO 2010
	INVESTIMENTO PÚBLICO MUNICIPAL – TOTAL E % DO TOTAL		
5.	SAÚDE, NUTRIÇÃO E SERVIÇOS RELACIONADOS		
5.1	PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA % DE COBERTURA DA POPULAÇÃO		SMS
5.1.1	% DOS USUÁRIOS DO PSF CADASTRADO NO		
5.1.2	CADASTRO ÚNICO		
5.2	PROMOÇÃO DE HÁBITOS DE VIDA E DE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL PARA PREVENÇÃO DA OBESIDADE E DAS DOENÇAS NÃO-TRANSMISSÍVEIS		MS
5.3	SUPLEMENTAÇÃO DE FERRO		MS
5.4	COBERTURA VACINAL NO PRIMEIRO ANO DE VIDA		MS
5.5	PASTORAL DE CRIANÇA		IGREJA CATÓLICA
5.5.1	NÚMERO DE FAMÍLIAS ATENDIDAS POR BAIRRO;		
5.5.2	% DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS CADASTRADAS NO CADASTRO ÚNICO		
	INVESTIMENTO PÚBLICO MUNICIPAL – TOTAL E % DO TOTAL		
6.	EDUCAÇÃO		
6.1	COMBATE AO ANALFABETISMO		MEC
6.2	POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA		MEC
	INVESTIMENTO PÚBLICO MUNICIPAL – TOTAL E % DO TOTAL		

FONTE: TRABALHO DE CAMPO, ELABORAÇÃO DESTA PESQUISA.

Anexo 2. Marco conceitual das relações entre as dimensões de Segurança Alimentar e Nutricional que constam na matriz de indicadores



FONTE: TRABALHO DE CAMPO, ELABORAÇÃO DESTA PESQUISA.